

RUPTURA

www.rupturafer.org



Façamos
como na

Grécia:

GREVE

GERAL



Preparar a Greve Geral em Portugal e na Europa

A onda de todos termos de pagar a crise varre o parlamento de lés a lés, e cá fora também é apoiada pelos que se perfilam candidatos presidenciais, com destaque para Manuel Alegre, que já veio a público dizer que estas medidas do PEC2 são inevitáveis.

O papão do “euro estar a ser atacado” faz esquecer que assistimos a mais um episódio da crise que foi construída e provocada pela economia capitalista, pelo objectivo supremo do lucro, pela política capitalista dos governos, que em Portugal têm feito “alternar” PS, PSD e CDS, mas sempre para seguir a política de privatizar os bens públicos lucrativos, de baixar os salários reais, de retirar direitos aos trabalhadores e à juventude, de reduzir os serviços públicos e limitar o direito à segurança social.

O défice dos estados, e particularmente o português, foi sendo aumentado pela diminuição de parte da receita que foi dada aos capitalistas, através das privatizações de sectores lucrativos, como a energia, alguns transportes, o sector financeiro e as telecomunicações. Só com a privatização da Banca que estava nacionalizada, o orçamento de estado perdeu milhares de milhões de euros, a preços actuais.

Do lado da despesa também muita dela teve o mesmo destino, foi parar às contas das multinacionais que adjudicam os contratos milionários e cobram muito acima do valor de mercado (através das “derrapagens” orçamentais, das “luvas” e corrupção). Além disso, o “estímulo ao mercado” traduziu-se num crédito ao consumo que procurava ocultar a perda de poder de compra real da maioria dos salários dos trabalhadores, e que beneficiou as mesmas multinacionais que comandam os governantes da União Europeia e o euro.

A política seguida pelos governos e o benefício ao grande capital são os responsáveis pela crise e são eles que a devem pagar. Os grupos capitalistas, os Amorim, Belmiro, Espírito Santo, os banqueiros nacionais e estrangeiros, os governantes e corruptos, os que tiveram enriquecimento ilícito, são eles quem deve pagar a crise, e não distribuir o seu pagamento pelos de baixo, os trabalhadores e o povo que não têm nada que pagar a crise.

Derrotar a política dos PECs é indispensável para defender os direitos, o salário e combater a miséria e o desemprego. O movimento sindical, a CGTP, os partidos da esquerda, o BE e o PCP, devem agir rapidamente e mobilizar todos para uma resposta forte que organize uma GREVE GERAL, também em Portugal.

O povo grego já iniciou o combate e muitas greves gerais. Em França e Espanha, os trabalhadores também as preparam. A ausência de uma orientação da CGTP para concertar posições com as centrais do Estado Espanhol para uma acção ibérica enfraquece a resposta dos trabalhadores, há que intensificar a luta e coordená-la a nível europeu rumo a uma Greve Geral europeia para derrotar todos os PECs e medidas de ataque aos direitos, salários e emprego dos trabalhadores e dos povos da Europa.

ENTREVISTA ■

Empréstimo à Grécia beneficia EUA



Parece que a crise internacional pôs alguns estados como Portugal, a Grécia ou Espanha, em risco de colapso financeiro. Porque se chegou a este ponto?

A última crise mundial – provocada pela bolha imobiliária que resultou da construção em excesso de imóveis e da concessão de empréstimos bancários e respectivas hipotecas, e que não teve o correspondente aumento no consumo por parte das pessoas – gerou falta de liquidez em diversas instituições financeiras e contaminou outras que dependiam dos pagamentos dessas hipotecas, afectando toda a economia capitalista. Neste contexto, Portugal e a Grécia, elos mais fracos do sistema financeiro mundial, ficaram fortemente endividados face ao exterior. O risco de colapso financeiro existe porque o aparelho produtivo de ambos os países está muito destruído e não consegue gerar valor suficiente para liquidar as dívidas nos prazos estipulados. A Espanha, apesar de ter uma dívida também grande, possui um aparelho produtivo muito mais forte, não correndo um risco tão elevado de colapso financeiro.

O Reino Unido e a Itália também têm enormes dívidas e défices. Porque isto não é um problema para eles?

O Reino Unido, apesar da sua enorme dívida e défice, não integra a moeda única – o euro – embora faça parte da União Europeia. Portanto, o problema não se coloca com a mesma acuidade como se põe aos países membros do euro. É que este obriga a cumprir alguns requisitos, como sejam: o défice orçamental não poder exceder 3% do PIB e a dívida pública não ultrapassar 60% do PIB. Ora, o Reino Unido não está sujeito a estes espartilhos. Quanto à Itália, membro do euro, apesar da sua enorme dívida e défice, dispõe dum aparelho produtivo fortíssimo (nos sectores

Professor de Economia no ensino secundário, José António Dias dá-nos o seu ponto de vista sobre a crise que agora atinge a Europa, mantém as bolsas de valores no vermelho e provoca um violento ataque aos salários e direitos da classe trabalhadora europeia por parte da burguesia.

Entrevista de André Traça

automóvel, de electrodomésticos, mobiliário, etc.) que dá confiança aos credores no sentido de cumprir os seus compromissos financeiros. Ou seja, o sector financeiro vai buscar os seus lucros à mais-valia originada na produção e é esta que lhe dá “confiança”... Não esqueçamos que toda a economia capitalista gira à volta da mais-valia extraída à classe trabalhadora!

Dizem-nos que os estados não podem gastar tanto dinheiro, face ao que recebem. É verdade?

Em quase todos os países capitalistas há défice orçamental, i.e., as despesas públicas superam as receitas (impostos e outras receitas próprias), colmatando-se as diferenças entre os dois montantes com a emissão de dívida pública (contração de empréstimos por parte do Estado). Esta situação decorre há muitos anos, desde que Keynes advogou que o investimento público era o motor do crescimento económico pelo efeito multiplicador, i.e., pelas consequências positivas que tal investimento tem na produção e no emprego privados. De facto, os estados capitalistas têm actuado na economia para dinamizar o crescimento da riqueza (leia-se, geração de mais-valia), pois os capitalistas, por si, já não estão dispostos a investir muito na produção, dado que hoje em dia se manifesta com intensidade a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Cada vez mais aplicam o capital na especulação, cada vez menos na produção. Os capitalistas esperam que seja o seu estado a fazer os investimentos produtivos. Mesmo após a grande vaga de privatizações iniciada nos anos 90, têm sido os

estados a fazer os maiores investimentos na chamada “economia real” (obras públicas, transportes, etc.). Em suma, os estados gastam bastante dinheiro face ao que recebem, mas é para benefício do capital.

Sem o empréstimo à Grécia, o euro caíria como dizem?

O imperialismo norte-americano tenta sair da crise o mais depressa possível, tratando as suas “feridas” com o bálsamo do enfraquecimento dos outros imperialismos, nomeadamente os europeus, seus rivais directos no domínio monetário mundial (dólar versus euro). Atentos à crise dos défices e das dívidas públicas dos países afectos ao euro, os detentores de euros são compelidos a vendê-los no mercado monetário, trocando-os por dólares. Ora, uma venda súbita e massiva de euros causa inevitavelmente a desvalorização do euro face ao dólar. Neste contexto, a “ajuda” à Grécia serve para contrariar a pressão dos especuladores detentores de euros, ou seja, caso não houvesse tal ajuda, o euro ficaria muito desvalorizado. Todavia, com esta desvalorização as exportações dos países do euro ficam também mais baratas e as importações mais caras, o que beneficia os países integrantes do euro e prejudica os países que utilizam o dólar, especialmente os EUA. E isto poderia inverter a relação de forças económicas entre o bloco do euro e o bloco do dólar. Portanto, é o próprio imperialismo americano que tem interesse em “ajudar” os gregos... Foi por isso que o FMI interveio directamente com uma parte substancial do pacote financeiro de auxílio.

RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT (IV Internacional) www.litci.org
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia
Director: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projecto Gráfico: Nádia Martins
Capa: Diogo Bento
Contacto: jornal@rupturafer.org
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:
A. P. Amaral, António Louçã,
André Traça, C.K., Diogo
Bento, J.A. Dias, Lina Pereira,
Manuel Neves, Teresa Carrar,
Tiago Castelhana



Festa do Ruptura reforça luta contra o governo

Mais de 200 pessoas, entre integrantes e amigos do Ruptura/FER, estiveram presentes no Mercado da Ribeira, em Lisboa, no dia 17 de Abril, para a festa organizada por esta corrente do Bloco de Esquerda.

Participaram da festa integrantes de comissões de trabalhadores, estudantes universitários e do secundário, professores, operários e muitos outros activistas que se opõem ao governo Sócrates/PS e lutam pelo socialismo. Estiveram presentes delegações de Coimbra, Braga e Algarve.

As actividades no Mercado da Ribeira começaram por volta das 17 horas, com uma apresentação sobre a Amazónia, seguida pelo debate “Há futuro para a juventude no capitalismo?”, sobre a situação do ensino universitário em Portugal, a quase inexistência de saídas profissionais para os jovens licenciados e a precariedade que atinge a classe trabalhadora, em especial a juventude. Integraram o painel de oradores a professora da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Teresa Alpuim e jovens trabalhadores precários do ensino, aeroporto e da PT. Para ilustrar o debate, foi montada uma exposição de fotografias sobre a precariedade.

Jantar e comício

Após o debate, realizou-se o jantar, seguido de música e discursos políticos. Apresentaram-se o duo Diana e Pedro, com música de intervenção, e a banda D'Age. A representar a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) falou

Ángel Luis Parras, de Corriente Roja (Estado Espanhol). Em sua intervenção, o dirigente espanhol comparou a situação económica e social que atravessa a Europa com a erupção do vulcão islandês que praticamente paralisou o continente com a interrupção dos voos nos últimos dias. “O vulcão social” que irrompeu na Grécia, com greves gerais e duros confrontos com a polícia nas ruas em protesto contra as medidas de austeridade impostas pelo governo “socialista” de George Papandreu e pela Comissão Europeia, foi apontado como o caminho a ser seguido pelo conjunto da classe trabalhadora da Europa.

Gil Garcia, pelo Ruptura/FER, começou a sua intervenção a denunciar a hipocrisia do governo Sócrates/PS e do capitalismo português, que permitem ganhos milionários aos gestores de empresas públicas e privadas enquanto impõem, através do Orçamento do Estado e de Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC), congelamento salarial para os trabalhadores, redução de benefícios sociais, cortes nos investimentos públicos, na saúde e na educação e privatização de empresas públicas.

A seguir, ele denunciou também a falsa alternativa apresentada pela direita, PSD e CDS-PP, e a demagogia dos seus líderes, que criticam o PEC, mas querem um plano ainda pior, com redução salarial e

cortes ainda mais profundos nos direitos sociais.

Alternativa de esquerda

À esquerda, Gil apontou a necessidade da construção de uma alternativa para derrotar o governo, nas lutas e no plano político. O fim da maioria absoluta de Sócrates no Parlamento não bastou, como se vê hoje, quando a maioria dos “socialistas” é substituída pela maioria absoluta PS-PSD-CDS-PP para garantir a aprovação dos planos de ataque aos trabalhadores e ao povo.

Para derrotar os planos da burguesia e desta nova “maioria” de direita, o dirigente do Ruptura/FER enquadrou as eleições presidenciais de 2011 como um momento importante desta luta. E criticou a opção do Bloco de Esquerda de apoiar Manuel Alegre, o provável candidato do PS/Sócrates. “Não devemos apoiar o mesmo candidato do governo”, disse Gil Garcia, que apontou como saída uma candidatura própria do Bloco ou de unidade da esquerda fora da área governamental.

Esta foi a segunda festa organizada pelo Ruptura/FER nos últimos dois anos. A anterior realizou-se no ano passado, também no mês de Abril, daquela vez a comemorar os 35 anos de existência da corrente que deu origem ao Ruptura/FER e o número 100 do seu jornal.

Cristina Portella

BÚSSOLA

Covardia contra desempregados

O nível da selvageria do governo Sócrates contra os trabalhadores pode ser medido pelas medidas contra os desempregados. O prolongamento do subsídio social de desemprego por mais seis meses vai acabar, assim como a redução do prazo mínimo de descontos para se ter acesso ao subsídio, que de um ano passa novamente para 450 dias. A majoração de 10% no valor do subsídio aos desempregados com filhos e o reforço do abono de família para os que

tivessem rendimentos mais baixos também serão retirados. Estas medidas, apresentadas agora que o desemprego atinge quase 700 mil trabalhadores, número que deve aumentar em função da recessão que será inevitavelmente provocada pelos PECs, são de uma covardia atroz. É mais uma prova de que não há saída nem neste governo nem neste sistema, que retira o emprego do trabalhador, e, em seguida, retira-lhe também a possibilidade de sobreviver.

Ataque é generalizado

A patronal europeia e os seus governos estão a aproveitar-se da crise para promover um ataque generalizado aos trabalhadores europeus. A meta é sempre a mesma: reduzir o défice público para os 3% exigidos pela União Europeia às custas do empobrecimento da população. Na Inglaterra, o novo governo conservador anunciou que quer aumentar a idade da reforma, congelar o ingresso na Função Pública e reduzir drasticamente o investimento público e as despesas sociais. Na Dinamarca, com uma taxa de desemprego de 7,5%, uma percentagem muito alta para o país, o governo anunciou que vai reduzir de quatro para dois

anos a duração máxima do subsídio de desemprego. Na Irlanda, os arrendamentos sociais serão reduzidos, mesmo para os desempregados, e os salários dos funcionários públicos sofrerão um corte de 5 a 15%. Na França, com um taxa de desemprego de mais de 10%, Sarkozy anunciou o congelamento das despesas pelos próximos três anos e o abandono de medidas sociais adoptadas em 2009 para enfrentar a crise. Na Itália, os salários dos funcionários públicos vão ser congelados durante três anos, e os ministérios deverão reduzir suas despesas em 10%, num plano de austeridade que aumentará a desigualdade.



Revolta na Roménia

Em Bucareste, a revolta contra o plano de austeridade do governo para reduzir o défice público, em obediência às exigências do FMI e da União Europeia, cresce a cada dia. Piquetes de greve e manifestações espontâneas, em que os participantes queimam fotografias do presidente Traian Basescu ou pedem a sua demissão, fazem parte do quotidiano da cidade, que assistiu, em meados de Maio, à maior manifestação popular de protesto desde a

derrubada do regime de Ceausescu, em 1989. Do plano fazem parte um corte de 25% nos salários dos funcionários públicos e de 15% nas pensões e no subsídio de desemprego e novos despedimentos na Função Pública. Em troca deste ataque brutal às condições de vida da população, o governo quer assegurar uma outra parcela do empréstimo do FMI, de 20 mil milhões de euros. Na Roménia os salários e pensões são dos mais baixos da Europa.



Os gregos mostram o caminho

A classe trabalhadora europeia está diante do maior ataque às suas condições de vida desde a Segunda Guerra Mundial. Para defender os lucros da burguesia e da banca, ameaçados por uma violenta crise económica, os governos europeus anunciam planos de austeridade e ameaçam os países que não os cumprirem com a expulsão da União Europeia e da Zona Euro. O que está a acontecer na Europa?

Tudo começou em Março deste ano, quando os mercados descobriram que as dívidas públicas de alguns países da União Europeia haviam aumentado tanto que estes não teriam condições de saldá-las. As dívidas aumentaram por razões relacionadas com a crise económica e a especulação financeira, entre as quais o crescimento do défice público, provocado pela redução de receitas (impostos e facturação de empresas que foram privatizadas) e aumento das despesas (auxílio à banca, por exemplo, que só em Portugal totalizou 4,5 mil milhões de euros).

A possibilidade dos países endividados – inicialmente a Grécia, mas também Portugal e Espanha – decretarem falência, foi o sinal para que o mercado começasse a especular com as respectivas dívidas, cobrando juros altíssimos para financiar os seus papéis, o que aumentou ainda mais a dívida e o risco de colapso. Rapidamente entrou em acção a Comissão Europeia, sob o comando dos imperialismos mais fortes, Alemanha e França, que, entre acusações e ameaças, obrigou a Grécia, mas também Portugal e Espanha (como já vinha acontecendo com os países do Leste euro-

peu) a adoptarem planos de austeridade.

Os Planos de Austeridade e Crescimento (PEC), essencialmente os mesmos em todos os países, representam uma declaração de guerra contra as conquistas e direitos dos trabalhadores de todos os países europeus, inclusive os mais ricos, como a Inglaterra, França e Alemanha: redução de salários e pensões, aumento de impostos, aumento da idade da reforma, redução drástica do investimento público (nomeadamente na saúde e na educação), privatização das empresas nacionais, retirada ou redução de benefícios sociais (como subsídio de desemprego), etc. A sua aplicação trará mais recessão, desemprego e pobreza.

A reacção grega

No caso grego, o plano de austeridade veio acoplado a um empréstimo dos governos europeus à Grécia [ver caixa], para que esta possa saldar a sua dívida (o tal plano de “ajuda” à Grécia), que nada mais é do que o financiamento exigido pelos credores deste país, nomeadamente a banca francesa, grega e britânica.

Diante deste violento ataque

às suas condições de vida, os trabalhadores gregos reagiram: várias (mais de 5) greves gerais foram feitas só este ano, com manifestações gigantescas em todo o país. Mas não estão apenas os gregos a lutar: os franceses têm uma agenda cheia de greves e manifestações em Maio e Junho; na Inglaterra, em Maio, os funcionários da British Airways paralisaram os voos por cinco dias consecutivos; enquanto os romenos organizaram em Bucareste, também em Maio, a maior manifestação da sua história desde 1989.

Mas a resposta dos trabalhadores europeus ainda está muito aquém da necessidade. A luta promete ser dura e longa, pois a burguesia e os seus governos estão unidos na determinação de manter e aprofundar o ataque social, enquanto as bolsas de valores mantêm-se no vermelho, a demonstrar que a crise vai continuar. É preciso fazer como os trabalhadores gregos, radicalizar a luta e forçar as direcções sindicais e políticas dos trabalhadores a organizarem uma greve geral europeia. A burguesia está unida para atacar, os trabalhadores também devem unir as suas forças para reagir e derrotá-la.

Cristina Portella

É preciso organizar uma forte greve geral

A manif de 29 de Maio deve ser um marco no intensificar da luta para derrotar os PECs 1 e 2 e quantos mais vier.

Direita e PS estão unidos. Pedro Passos Coelho, o recém-eleito líder do PSD, deixou as críticas ao governo de lado e uniu-se ao PS para aprovar o novo pacote de austeridade. O CDS-PP continua a sua cruzada populista, ressentido por ter sido deixado de lado na concertação PS-PSD, mas tentando acumular dividendos para os próximos embates eleitorais. Uma forte ofensiva ideológica – de que todos devem fazer sacrifícios pela estabilidade do País – é levada adiante com o apoio de toda a direita.

Do lado da esquerda, falta iniciativa política. Só agora o PCP apresentou uma moção de censura ao governo, apoiada pelo Bloco de Esquerda. E só agora a

CGTP admite convocar, não se sabe quando, uma greve geral. Frente à ofensiva da direita e governo unidos, teria de haver uma resposta unitária também da esquerda (PCP, Bloco e CGTP), nas ruas, com a greve geral, e a nível político, com a convergência em iniciativas contra os PECs e o governo Sócrates e de apresentação de propostas para defender o emprego e o salários dos trabalhadores.

Propostas como a nacionalização da banca e das empresas estratégicas; redução da jornada de trabalho para que haja emprego para todos; e um plano de obras públicas que privilegie a saúde, educação e habitação, e não TGVs.

Alegre apoia PEC 2 para agradar PS

Infelizmente, o Bloco de Esquerda insiste no apoio à candidatura de Manuel Alegre, que, depois de ter criticado o PEC 1, declarou, sobre o PEC 2, que era inevitável. Condicionado pelo desejo de ganhar o apoio do PS, entra no jogo do governo e sabota a luta dos trabalhadores.

Em entrevista ao jornal *Expresso* de 15 de Maio, Alegre disse que não aplaudia o plano de austeridade do governo Sócrates, mas que o compreendia. “Ao ponto a que as coisas chegaram, ficámos sem alternativa a não ser sair do euro”, declarou ao semanário. As medidas são “duras, desagradáveis e dolorosas, mas inevitáveis”, classificou, sem deixar de reconhecer o risco de

recessão que elas trazem e, segundo o site do próprio candidato, “fazendo votos para que o governo se debruce agora sobre o crescimento económico”.

O evidente mal-estar que estas (e outras, com o mesmo teor) declarações causaram nas fileiras bloquistas é compreensível. O que não é compreensível é que se insista em manter o apoio a um candidato que apoia o governo. Dizer, agora, que Alegre é um candidato supra-partidário é, no mínimo, uma piada de mau gosto.

O candidato presidencial que os trabalhadores precisam deve estar na luta, junto com eles, contra Cavaco Silva e os PEC de Sócrates e do PSD.

Voto do BE ao empréstimo foi errado

Foi errado o Bloco ter apoiado o empréstimo português à Grécia, sob a alegação de que, como disse a deputada Cecília Honório, “recusar este empréstimo seria, nas actuais circunstâncias, impor a bancarrota à Grécia”. Está errado por duas razões: a primeira é a de que este empréstimo está condicionado ao cumprimento de um plano de austeridade que impõe, este sim, a bancarrota ao povo grego; e está errado também porque este crédito não vai ajudar a Grécia, mas sim os banqueiros, em particular a banca alemã e francesa, os principais credores do País, que especulam com a dívida grega.

Foi com este entendimento que partidos de esquerda, entre os quais o Syriza, da Grécia, e o Die Linke, da Alemanha, votaram contra estes empréstimos. “A ale-

gada ajuda à Grécia se resume, no essencial, na transferência da riqueza dos trabalhadores, dos reformados, dos desempregados para os detentores de obrigações [bónus da dívida] através de um plano de austeridade brutal. A austeridade tem por objectivo suportar o valor das acções dos bancos, que não desejam registar perdas na sequência de uma falta de pagamento da Grécia ou, amanhã, de Portugal ou Espanha...”, resumiu texto publicado na revista *La brèche* (“Main basse sur la Grèce”), dirigida pelo militante do Movimento pelo Socialismo, da Suíça, Charles-André Udry.

Para Udry, este empréstimo à Grécia é uma operação análoga à que levou, em 2008, os bancos centrais a salvarem os grandes bancos nos Estados Unidos e na Europa.



A Grécia dá o exemplo

1. A situação política e económica grega está de tal modo interligada à situação de toda a Europa (desde logo ao espaço da actual União Europeia) que da dinâmica do conflito aberto no seio da nação que “fundou” o mundo ocidental resultará o destino de todos, pelo menos a curto e a médio prazo. E por quê?

A ofensiva do mundo dos negócios, da especulação financeira, da burguesia grega e europeia (principalmente francesa e alemã) sobre as dívidas internas e externas dos chamados PIGS (Portugal, Itália, Grécia e Espanha) resultou em violentos planos de austeridade, agora conhecidos por PECs. Ou seja, trocado por miúdos. Nos EUA rebentou uma mal classificada crise financeira que rapidamente se transformou numa crise económica e que velozmente se alastrou a todo o mundo, incluindo a Europa. Resultado? Os poderosos do globo colocaram os orçamentos dos estados nacionais (os tais Estados que diziam que estavam a atrapalhar a economia) a pagarem as crises do capitalismo moderno.

Em Portugal, por exemplo, durante anos foi-nos vendida a ideia que não haveria dinheiro para aumentar os magros salários dos nossos funcionários públicos (onde se incluíam os professores), mas sempre houve 4.000 milhões de euros para acudir a um banco privado, o BPN que era conhecido por banco laranja, tal a conotação partidária a que estava ligado. O roubo foi deles mas a conta pagamos nós. Na Grécia,

algo semelhante se passa com uma diferença: primeiro a sua juventude (2008) e depois a larga maioria do povo resolveu ser actor ou protagonista do seu próprio destino e entrou em cena. Tal como o povo português o fez há 36 anos com a revolução portuguesa de Abril de 1974.

2. Não dizemos que a situação grega seja idêntica à revolução portuguesa, mas convenhamos que não é “normal” um país assistir à convocação e concretização de 5 greves gerais e de enormes (e em alguns casos, a 5 de Maio, de gigantescas) manifestações de rua.

Quando o autor destas linhas aterrou em Atenas e pôde assistir e participar em várias reuniões e actos públicos da esquerda grega notou que é (ainda) “normal” na Grécia o ensino público ser completamente gratuito, um luxo a que os portugueses pagam a 900 euros/ano. E com refeições completamente gratuitas nas cantinas para todos os estudantes. Lá é “normal” as manifestações acompanharem as greves gerais, e começam logo pela manhã cedo. Em Portugal ainda se convocam manifestações (a do dia 29 de Maio) para sábados e na parte da tarde.

A última greve geral convocada em Portugal, em Maio de 2007, não só não foi geral como não contou com nenhuma manifestação de massas a suportá-la nas ruas. E tudo isto porque os seus responsáveis cá o não quiseram. A direcção da CGTP é merecedora do nosso aplauso quando



convoca as manifestações como a do dia 29, em que participámos activamente, mas é igualmente merecedora de crítica (ninguém está nunca isento de crítica) quando escolhe os timings errados, como foi o caso em 2007.

Agora voltamos ao mesmo: Portugal está ou não amadurecido para a convocação de uma greve geral? Cremos que sim. Inúmeras lutas e protestos se têm destacado desde o início deste ano e as actuais medidas de saque aos salários de quem trabalha torna urgente um forte protesto nacional.

3. Na Grécia, a dinâmica dos protestos aponta no sentido de

ainda estar longe de recuos. É certo que a última manifestação de massas (a que ocorreu durante a greve geral do dia 20 de Maio) foi bem menor (calcula-se que perto de 85.000 manifestantes) que a do dia 5 de Maio, em que estiveram 350.000 pessoas. Mas atente-se a que foram duas greves gerais num espaço de quinze dias. E, no essencial, a população trabalhadora parou mesmo o fundamental da vida nas cidades.

Só em Atenas pudemos testemunhar que não circulou um só autocarro, nem um só metropolitano, e os transportes são sempre um bom indicador da adesão dos trabalhadores, da sua combatividade e da simpatia do

coração da classe trabalhadora à decisão de convocar um greve geral. Podemos discutir se a situação grega já vive uma conjuntura ou etapa pré-revolucionária ou se já esteve ao bordo até de crises deste tipo, como as vividas no verão quente de 1975, em Portugal. Ma o que é inegável é que está longe de se normalizar a situação grega. E se os trabalhadores gregos e a sua juventude persistirem em manter em alta temperatura a resposta às mediadas de assalto aos salários de quem trabalha para pagar crises é porque toda a Europa estará sobre a influência de tão importante processo político. **Gil Garcia**

10 mil em Madrid apelam à greve geral

O PEC de Zapatero inclui corte de 5% nos salários da Função Pública e congelamento a partir de 2011.

No dia 16 de Maio, realizou-se em Madrid uma manifestação contra a Cimeira União Europeia (UE) – América Latina e Caribe convocada por diversas organizações de esquerda do Estado Espanhol, de outros países europeus e da América Latina, que contou com a presença de cerca 10 mil pessoas. Esta manifestação surge numa altura em que os trabalhadores espanhóis estão a sofrer um ataque brutal aos seus direitos, à seme-

lhança do que ocorre nos restantes países europeus, como Portugal, Grécia e Roménia.

O Estado Espanhol depara-se com um desemprego de mais de 4,5 milhões de trabalhadores, para além de um défice público de 11,4% e uma dívida pública de 53,2% do PIB. Para responder à crise económica, o governo de Zapatero apresentou um plano de ajuste – equivalente ao PEC Português – no sentido de prolongar a idade da reforma para

os 67 anos; ampliar o período de cálculo das pensões para assim as reduzir; cortar o gasto público em 50.000 milhões de euros, o que significa mais desemprego e a deterioração dos serviços públicos; a subida do IVA em 2%; e uma nova reforma laboral em que o Governo pré-anuncia a facilitação dos despedimentos através da diminuição de custos e da baixa de salários através de contratos a termo e a tempo parcial.

Construir uma alternativa

É neste contexto que, nesta manifestação, organizações como Corriente Roja, PCPE, Izquierda Anticapitalista, Coordinadora Sindical de Madrid, Comisiones de Base (CoBas), CGT, entre outras, levavam faixas e cartazes e gritavam palavras de ordem a exigir da CC.OO e UGT, as duas maiores centrais sindicais do país, a convocação de uma greve geral. Pressionados pela revolta dos trabalhadores, estas duas centrais limitaram-se a convocar para o dia 8 de Junho uma greve geral exclusiva da Função Pública. No caso português, sendo o cenário muito semelhante ao espanhol, aliás mais avançado em termos de lutas nos últimos meses, as

organizações de esquerda, como o Bloco de Esquerda, PCP ou CGTP, igualmente ainda não apelam à greve geral.

Algumas organizações sindicais, entre as quais CoBas, e políticas, como Corriente Roja, estão a organizar uma conferência estatal das organizações do sindicalismo de classe e combativo, com o objectivo de definir um plano operário de emergência contra a crise e pressionar por uma greve geral. Começam a surgir as condições, no país vizinho, para a construção de uma alternativa de classe à CC.OO e UGT, que, com suas políticas traidoras, continuam a capitular ao governo Zapatero e ao seu plano de austeridade.

Tiago Castelhana



Enfermeiros agendam nova greve

Greve será realizada em vários dias de Junho, seguida por manifestação nacional no dia 18.

No último mês vários aspectos na luta dos enfermeiros sofreram alterações. As duas plataformas sindicais, a Comissão Negociadora dos Sindicatos dos Enfermeiros (CNESE, afecta à CGTP) e a Federação Nacional dos Sindicatos de Enfermagem (FENSE, afecta à UGT), deixaram de estar unidas por causa da principal reivindicação dos enfermeiros: receber como licenciados.

O SEP (Sindicato de Enfermeiros Portugueses), o maior sindicato da CNESE, realizou reuniões com enfermeiros em cerca de 100 instituições de saúde para discutir as reivindicações. Posteriormente, comunicou que a decisão maioritária foi de aceitar que a grelha salarial fosse actualizada de forma faseada e lançou a sua proposta: os enfermeiros só iniciarão carreira na posição remuneratória

21ª em 2012 (posição dos recém-licenciados).

Ao contrário de outras iniciativas a divulgação destas reuniões passou largamente despercebida, especialmente nos hospitais de maiores dimensões. Fica a dúvida: quem foi convocado para estas reuniões? Todos os enfermeiros ou só os sindicalizados no SEP? Segundo a CNESE, esta decisão foi tomada por causa da

intransigência do governo na sua argumentação de que a situação de crise do país não permite o justo aumento do salário dos enfermeiros.

Assim, a CNESE convocou greve para os próximos dias 9, 11, 14, 15, 16, 17 e 18 com manifestação nacional no dia 18. A proposta de greve é positiva, em especial pela manifestação nacional. No entanto, o facto de o aumento salarial já

não ser mencionado como motivo da greve e de os enfermeiros do bloco operativo fazerem greve em dias diferentes dos restantes enfermeiros pode ser motivo para diminuir a mobilização e a unidade da luta.

O governo PS tem roubado dinheiro ao SNS e aos seus trabalhadores com a desculpa de baixar o défice português quando na verdade apenas quer salvar os banqueiros e restantes capitalistas da crise. Esta desculpa não pode ser aceite pelos trabalhadores, em especial os enfermeiros que há mais de dez anos são discriminados como trabalhadores da função pública. Não há dinheiro para os enfermeiros mas há para os salários milionários dos gestores da GALP, PT, EDP...

Por seu lado, a FENSE discorda desta posição, dizendo que não aceita a desculpa da crise até porque os salários dos enfermeiros já deviam ter sido actualizados há muitos anos. No entanto, não chama nenhum tipo de mobilização, mantendo exclusivamente a via da negociação.

Os enfermeiros devem continuar lutar pelos seus direitos, por um salário justo, por acesso a contratos de trabalho por tempo indeterminado e pelo fim do desemprego à custa da exploração dos que estão a trabalhar. Todos os trabalhadores da saúde devem unir-se contra os ataques do governo ao SNS realizando uma greve de todo o sector, com mobilizações e a preparar, desde já, uma grande greve geral!

Teresa Carrar

Governo corta na saúde

A prioridade do governo está definida: impedir que os burgueses vejam os seus bolsos afectados pela crise. Assim, o ataque ao SNS foi agravado: há que cortar um total de 100 milhões. Entre as medidas estão o congelamento de carreiras e a diminuição do pagamento pelas horas extraordinárias, enquanto a entrada de novos trabalhadores não será sequer na proporção de 5 para 1, mas apenas quando a própria ministra aprovar.

Na esmagadora maioria das instituições de saúde há falta de meios e de profissionais de todas as categorias. No caso dos enfermeiros e dos médicos, chegou-se ao absurdo de contratar empresas que fornecem estes profissionais para as

urgências porque os hospitais não têm orçamento para contratá-los directamente, acabando por gastar muito mais! Sofrem os utentes e os trabalhadores que para além de verem a quantidade de trabalho a aumentar ainda vêem o salário a diminuir.

Se não há dinheiro então que se nacionalize a GALP, a Banca ou a EDP, que se corte nos salários milionários dos gestores, que se taxe as grandes fortunas e se acabe com os *off-shores*. Devemos iniciar uma nova onda de mobilizações pelo SNS à semelhança do que ocorreu com Correia de Campos, desta vez com trabalhadores e utentes juntos em greves e manifestações! **T.C.**



Greve geral no Hospital de Braga

No passado dia 24 de Maio, os trabalhadores do Hospital de Braga reuniram-se em plenário, convocado pela Frente Comum, para discutir a sua situação com a passagem do hospital a PPP (parceria público-privada) sob a administração do grupo Mello. As dúvidas eram muitas, tal como as queixas.

A passagem dos trabalhadores da ARS Norte para a Escala Braga (empresa gestora do hospital) só está garantida por 12 meses, mesmo para os que eram efectivos. No final desses 12 meses podem continuar na mesma instituição ou voltar para o seu posto no serviço público. Só que este posto de trabalho já

terá desaparecido!

O grupo Mello já começou a aumentar a exploração no hospital, as enfermeiras grávidas são transferidas para funções pesadas de modo a que desistam; todos os enfermeiros sofreram aumento do número de horas extras que vão ser pagas por menos dinheiro; os auxiliares foram pressionados a aceitar jornadas de 14 horas seguidas e os que estão a contrato deixaram de receber horas extras e recebem apenas 0,75 euros por hora nocturna. Os 200 trabalhadores reunidos em plenário decidiram, por unanimidade, fazer greve geral no hospital pelo fim imediato destes ataques e pela contratação por tempo indeterminado de todos os actuais trabalhadores.

Nem deus nem César



De repente, na histeria da recepção a Bento XVI, os nossos fazedores de opinião puseram-se a zurzir forte e feio nos preconceitos laicistas, jacobinos e maçons. Que são preconceitos esquemáticos, que pretendem separar hermeticamente o que é de deus e o que é de César, que confundem um Estado laico com uma sociedade laica e assim por diante.

Acontece que todo este palavreado é, ele próprio, esquemático, porque toma como alvo o laicismo republicano e burguês da Primeira República. Esse laicismo burguês há muito que está morto e enterrado. Ele é um alvo fácil porque fracassou. Concebia o combate ao obscurantismo religioso como revolução cultural, quando na realidade esse combate só é possível mediante uma revolução social. Compreende-se que o laicismo republicano, burguês como era, não pudesse admitir esta ligação e nos tenha deixado em herança um alvo de fácil para a demagogia pró-clerical.

À falta de argumentos, os burgueses laicos do nosso tempo, os Soares e os Alegres, mimetizam-se portanto com a grande maré patrioteira e anfitriã. Sobram, assim, para um laicismo socialista – socialista, digo bem, nem soarista, nem alegrista – várias elementaridades para serem ditas, daquelas que antes faziam parte do senso comum e agora parecem estar esquecidas.

O que se esconde por trás da metáfora “o que é de deus e o que é de César”?

Claro que é de reivindicar a separação, se por ela se entende que o Estado não deve meter o nariz na religião. Todas as pessoas têm o direito a uma irrestrita liberdade religiosa. E é de reivindicar a separação, se por ela se entende que a Câmara de Ourém não tem de subsidiar a

visita papal em meio milhão de euros dos contribuintes.

Mas, se se considera “de deus” o imenso património imobiliário da igreja, já nada disso pode ficar fora da lei ou acima da lei. Quando vigora a lei burguesa, o património da igreja deve ser tributável e pagar impostos como qualquer outro. Quando vigorar uma lei revolucionária, de reforma agrária, de reforma urbana, ou do que for, deve ser expropriável como qualquer outro. Nada deverá colocar um burguês de mitra e sotaina ao abrigo das medidas que atingem um burguês de fraque e cartola.

Hoje vigora a lei burguesa e nada deveria colocar o papa e o seu clero acima das obrigações que ela impõe.

Diz-se que, ao tomar conhecimento dos casos de pedofilia na igreja, o então cardeal Ratzinger tentou pôr-lhes cobro. Talvez. Tentou talvez meter na ordem os padres pedófilos e abafar o escândalo. Mas os padres pedófilos não tinham de ser metidos na ordem – tinham de ser metidos na cadeia, como qualquer abusador de menores. Toda a acção de Ratzinger foi para evitar que isso acontecesse e para não entregar à Justiça de César o que pretendia reservar ao foro – indulgente, e quanto! – da igreja.

Entretanto, há que notar que as crianças recém-nascidas sofrem também o abuso de serem baptizadas numa idade em que nada podem dizer. Não se trata aqui de comparar um tal abuso simbólico e relativamente benigno com os criminosos abusos sexuais. Mas ainda assim este é mais um terreno em que, com o estafado discurso do país “maioritariamente católico”, a igreja considera aquelas ovelhas como propriedade sua, para efeitos estatísticos e não só, acha que pode fazer delas o que quiser e marca-as com um ferro em brasa só anulável através de uma declarada e militante apostasia.

Enfim, a igreja pode ter as suas opiniões sobre a sexualidade dos católicos e dos não-católicos. Mas não pode fazer dessas opiniões o trampolim para uma fronda contra as leis que protegem a saúde pública. Não pode, por exemplo, incitar os médicos à objecção de consciência perante as interrupções voluntárias de gravidez, nem pode boicotar o uso do preservativo. E não pode fazê-lo, porque esses incitamentos e boicotes são simplesmente criminosos.

Deus só existe para quem acredita e, à face da lei, nada tem. Césares, tem havido muitos e todos eles incapazes de colocarem a igreja no seu lugar. A capacidade de falar claro perante a igreja e de dizer, em momentos destes, coisas impopulares, seria a marca de água dum esquerdista sem césares, disposta a transformar a sociedade.

António Louçã

Para que o futebol seja do povo



Há vários exemplos de luta de classes nos relvados, desde os trabalhadores ferroviários que fundaram o Manchester United até a heróica equipa do Dínamo de Kiev.

Começa em Junho o Campeonato do Mundo de futebol na África do Sul. O torneio mais importante do desporto mais popular do mundo. Mas aquilo que poderia ser uma festa de diferentes povos é, em vez disso, um imenso veículo de alienação, com miúdos de 20 e tal anos que “valem” 96 milhões de euros, empresários e magnatas a trocarem entre si milhões que, como sempre, vêm de quem trabalha. Mas não é sempre assim nem tem que ser sempre assim.

O futebol não é só o “ópio do povo”, podendo também ser “o suspiro do oprimido”. Nas bancadas de Old Trafford, estádio do Manchester United, em vez do habitual vermelho, milhares usam orgulhosos cachecóis verde e amarelos, em honra ao equipamento original do clube que foi fundado em 1878 por trabalhadores ferroviários e em protesto contra a administração da família Glazer que dirige o clube.

E nem as vitórias dos últimos anos abafam o protesto dos adeptos que, segundo os seus cânticos nas bancadas, querem o clube de volta.

Relvados vermelhos

E há vários exemplos de luta de classes nos relvados. Desde a heróica equipa do Dínamo de Kiev que, com o nome de FC Star, enfrentou em 1942 o Flakelf, uma equipa que representava a força aérea alemã em São Petersburgo para servir de exemplo da superioridade alemã. Foram previamente avisados que deveriam perder. No entanto, apesar de todas as ameaças, venceram 5-3 e, no último minuto, o avançado da equipa soviética, após fintar o guarda-redes alemão, resolve voltar ao meio campo em vez de marcar golo, para maior humilhação nazi. O árbitro, oficial das SS, acabou com o jogo imediatamente. Os jogadores foram torturados (um morreu sob tortura) e

enviados para campos de concentração. A história acabou por entrar no imaginário de resistência ao fascismo e ainda hoje, no estádio do Dínamo de Kiev, há uma placa que comemora essa equipa.

Em 2006, a guerra civil na Costa do Marfim parou com o apuramento da sua selecção para o Mundial e, quando Diego Maradona derrubou a Inglaterra em 1986, foi como se a Argentina, durante 90 minutos, tivesse ganho a guerra nas Falkland.

Na África do Sul, a classe trabalhadora vai ver os seus ídolos a jogarem à bola. Com o mundo inteiro a ver, é uma oportunidade única para que se batalhe contra a pornográfica relação entre o dinheiro e o futebol e que, num mundo que vive em guerra e com milhões de explorados, se levantem as bandeiras da justiça e da paz. Para que a bola, um dia, esteja do lado do povo.

Manuel Neves